

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.209 - PA
(2019/0226627-9)**

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **RAIMUNDO NONATO JUNIOR PANTOJA PINHEIRO**
AGRAVANTE : **JEILSON PANTOJA PINHEIRO**
ADVOGADOS : **RODRIGO TEIXEIRA SALES - PA011068**
 ALEXANDRE SCHERER - PA010138
 JOSE WILSON DA SILVA CRUZ - PA008038
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

EMENTA

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. TORTURA. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ABSOLVIÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. PENA-BASE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal *a quo*, ao analisar os elementos presentes nos autos, decidiu pela condenação dos acusados pelo crime de tortura. Ora, rever os fundamentos utilizados pela Corte de origem, para concluir pela absolvição dos envolvidos pela prática do crime do art. 1º, inciso I, alínea "a", §4º, da Lei n. 9.455/1997, como requer a parte recorrente, importa revolvimento de matéria fático-probatória, vedado em recurso especial, segundo óbice da Súmula n. 7/STJ.

2. A tese acerca da redução da pena-base não foi objeto de debate pela instância ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento. Incide ao caso a Súmula n. 282/STF.

3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator